



Os mercadores de vinho no Porto, na época de Pombal – 1757-1772

Marta Centeno *

Para um bom entendimento de todo este universo dos vinhos do Douro, devemos ter em linha de conta que a época abordada no presente estudo – 1757/1772 – reporta para o início da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro época em que se fizeram reajustes nos planos políticos, económicos e sociais.

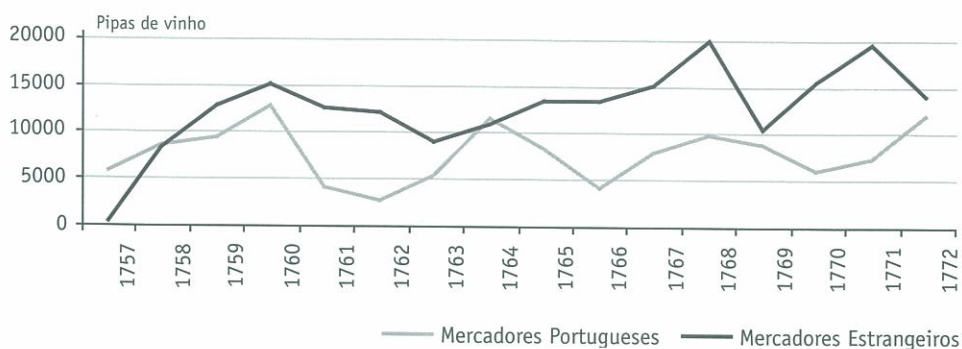
O estudo dos mercadores de vinho no Porto desde 1757 a 1772 assenta na análise de duas fontes que serviram de base à presente comunicação, enquadrada na preparação da minha tese de mestrado. São ambas fontes manuscritas: Livros da Imposição dos Vinhos (Assento de Direitos) e Livros do Subsídio Militar (Manifesto).¹

Destas duas fontes foram retirados e explorados os seguintes dados: Nome do Mercador que declarou os vinhos, morada, profissão, quantidades de vinho que foram declaradas, quantidades de vinho exportadas, destino do vinho exportado, assinatura, também o nome do seu Fiador, morada e profissão.

Todos estes aspectos peculiares que envolvem o comércio de vinhos do Douro no Porto, permitiram-nos saber um pouco mais sobre a história de uma época.

Durante todo o século XVIII o número de mercadores nacionais, ou seja, os portugueses ligados aos negócios dos vinhos no Porto, sempre foi superior ao número de mercadores estrangeiros. Contudo, os mercadores estrangeiros exportavam em maior quantidade as suas pipas de vinho, como nos mostra o seguinte gráfico:

¹ Nesta fonte – Livros da Imposição do Vinho - apenas foram analisados onze anos (1757/1763, 1766 e 1768/1770) devido aos hiatos existentes. Estes foram compensados com informação recolhida numa outra fonte, o Subsídio Militar, da qual foram analisados cinco anos (1764/1765, 1767, 1771 e 1772).

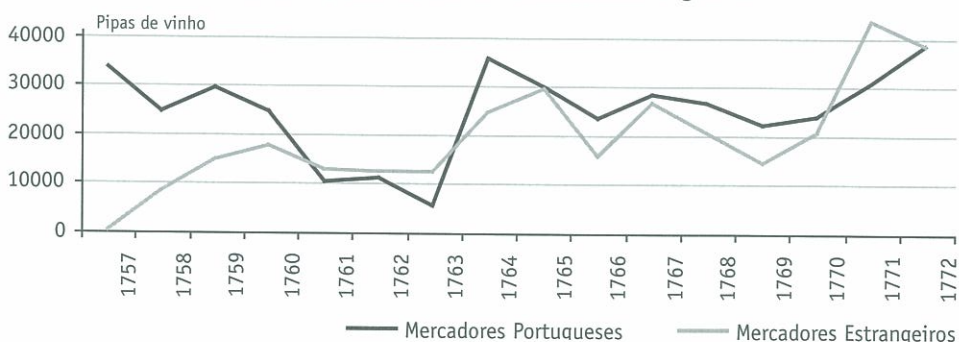


Pipas de vinho exportadas a partir do Porto, por mercadores portugueses e estrangeiros (1757-1772)

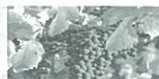
Num total estamos a falar de 199.383 pipas de vinho exportadas pelos mercadores estrangeiros e de 121.938.5 pipas de vinho exportadas por mercadores portugueses, ao longo dos 16 anos abordados. O único ano de verdadeira quebra foi o de 1757, pois foi um ano atípico face aos problemas decorrentes da necessária adaptação por parte dos estrangeiros do Porto às novas regras impostas no sector comercial dos vinhos, decorrentes da criação no ano anterior da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Já com relação ao ano de 1764, verificamos que os mercadores portugueses ultrapassaram ligeiramente as exportações dos estrangeiros, movimento esse pouco significativo. Contudo, não se pode falar de uma concorrência muito assinalável entre nacionais e estrangeiros. Se considerarmos todo o período, verificamos que os mercadores portugueses exportaram menos 77.444.5 pipas que os estrangeiros.

No que concerne às quantidades de pipas de vinho manifestadas na cidade do Porto, os portugueses, com 394.728 pipas de vinho, destacam-se um pouco mais relativamente aos mercadores estrangeiros que manifestaram, durante os dezasseis anos abordados, 308.176.5 pipas de vinho. Observemos o gráfico:



Pipas de vinho manifestadas no Porto, por mercadores portugueses e estrangeiros (1757-1772)



Consequentemente, a maior quantidade de pipas de vinho que ficaram retidas na cidade do Porto, encontrava-se na mão dos portugueses, com um total de 273.305.5 pipas de vinho. Já os mercadores estrangeiros retiveram na cidade do Porto menos de metade deste valor, apenas contavam com 108.793.5 pipas retidas na cidade.

Estes valores que iam subindo, à medida que os mercadores se iam adaptando à nova organização da Companhia, afastando-se com o tempo do ano atípico de 1757, logo após a criação da dita Companhia. Apesar disso, os altos e baixos no comércio e exportação de vinhos do Douro, foram uma constante ao longo dos dezasseis anos abordados.

A pouco e pouco o Vinho do Douro foi galgando campos de plantação da vinha qualificados para tal, estendendo-se no mercado nacional abrindo o seu coração aos negociantes amantes do vinho e pouco a pouco foi trilhando caminhos mais dilatados e fortalecendo a sua presença no mercado estrangeiro.

É aqui que encontramos um inúmero conjunto de mercadores, tanto nacionais como estrangeiros, que se dedicaram com toda a sua alma a este negócio dos vinhos, muitas vezes fruto do seu passado. Negócio esse que para muitos era o seu ganha pão e apenas para alguns era a sua fonte de riqueza.

De entre os vários destinos de exportação escolhidos para exportação do vinho do Douro, tanto por mercadores portugueses como estrangeiros salienta-se: o *Norte*, destino de onde há registos de 12.631 pipas exportadas por mercadores portugueses e 73.670 pipas exportadas por mercadores estrangeiros, que dá um total de 86.301 pipas exportadas para o *Norte* entre os anos de 1757 a 1772.

Este valor será ainda muito mais elevado se tivermos em linha de conta que muitos dos mercadores não registavam o destino das suas pipas de vinho e ainda relativamente aos mercadores estrangeiros, estaria quase implícito que o destino dos seus vinhos seria o Norte, ou seja, Inglaterra.

Para além deste destino maioritariamente escolhido – *Norte* - também devemos referenciar os vários destinos escolhidos dentro do Brasil, sendo eles: Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro e ainda em África: Angola e Moçambique, destinos esses que apenas a Companhia tinha acesso para o envio dos seus vinhos do Douro.

O Brasil era um destino bastante cobiçado pelos mercadores nacionais e estrangeiros que tentavam a todo o custo furar este bloqueio, por parte da Companhia, à exclusividade de exportação de vinhos para o Brasil. Negócio esse que já na primeira metade do século XVIII se ia fazendo, aos poucos, pois o Brasil era um bom destino de exportação para se ganhar uma boa posição no mercado.

No âmbito geral do comércio de vinhos do Douro destacaram-se alguns mercadores pelas quantidades avolumadas de vinho que transaccionaram, sendo eles:

José de Azevedo, José Monteiro de Carvalho, José de Oliveira Leal, Luís Beleza de Andrade e Francisco António da Costa, todos de nacionalidade portuguesa. Quanto aos mercadores estrangeiros, destacaram-se: Guilherme Warre & C^a, Carlos Ety & C^a, Francisco Bearsley & C^a, Ricardo Thompson & C^a e Oliveira Baquette & C^a.

Para além de comerciantes de vinho, também encontramos mercadores que não só comerciavam vinho, como também se dedicavam à sua produção, por este motivo apresentavam, na sua maioria, residência nos distritos administrativos de Vila Real e Viseu e também apresentavam residência no Porto e em Gaia para comerciarem os seus próprios vinhos.

Ainda dentro dos mercadores portugueses, encontramos ordens religiosas ligadas ao comércio de vinhos do Douro, embora as quantidades de vinho exportadas não ultrapassassem as 782 pipas de vinho.

Dentro das ordens religiosas, também se fazia a produção de vinho, logo também eram consideradas produtoras e simultaneamente comerciantes de vinhos do Douro, na sua maioria com morada no distrito administrativo de Vila Real.

Também encontramos seis militares a comerciarem vinhos, cujos valores são considerados mínimos no âmbito global deste negócio dos vinhos, pois as suas pipas manifestadas não ultrapassaram as 753.5 e as pipas manifestadas não foram além das 418.

Todos estes mercadores, sendo ou não produtores de vinhos, necessitavam de fiadores aquando o manifesto dos seus vinhos, tanto nos livros da Imposição dos Vinhos como no Subsídio Militar.

Através destas duas fontes manuscritas que serviram de base ao presente trabalho, conseguimos distinguir o grau de alfabetização desses mercadores que na sua maioria foram considerados alfabetizados, ou seja, com alguma instrução na arte das letras. Para chegarmos a estes resultados, optamos por dividi-los em quatro partes: A – Sabem ler e escrever; B – Sabem ler; C – Sabem escrever o nome; D – Analfabetos

Os chamados alfabetizados, ou seja, àqueles que sabiam ler e escrever fluentemente foi-lhes atribuída a letra A. Aos mercadores/fiadores que só sabiam ler e isto nota-se porque a assinatura não é perfeita atribuímos a letra B. Àqueles mercadores/fiadores que só sabe escrever o nome e isso vê-se porque a assinatura apresenta-se muito desenhada atribuiu-se a letra C. Por último vem os chamados analfabetos que apresentam um código que corresponde ao nome do respectivo mercador ou assinam simplesmente com um X, a esse atribuímos a letra D.

Todas estas conclusões foram-se construindo à medida que analisávamos cuidadosamente as várias assinaturas nos títulos de registo, de cada mercador e seu respectivo fiador, que se apresentavam tanto nos livros da Imposição dos Vinhos como nos livros do Subsídio Militar.



Ainda relativamente aos fiadores, o que se constatou foi que por vezes, muitos desses fiadores eram os próprios mercadores de vinhos, que acabavam por ser fiadores uns dos outros. Na sua maioria esses fiadores eram de nacionalidade portuguesa e apresentavam moradas próximas dos seus mercadores.

Também se constatou que os mercadores estrangeiros quase sempre apresentaram fiadores nos seus títulos de registo dos vinhos, o mesmo já não se verificou no respeitante aos mercadores portugueses que nem sempre apresentavam um fiador.

Nem sempre os mercadores tinham o mesmo fiador, ao longo dos seus anos dedicados ao negócio dos vinhos, ou seja, não eram fiéis a um só mercador. De salientar que o maior número de ligação demonstrada a um só fiador, apenas se fez sentir nos principais mercadores de vinho, tanto portugueses como estrangeiros.

Relativamente às moradas escolhidas para a instalação dos seus negócios vinícolas, verificou-se que os mercadores portugueses se tentavam instalar o mais próximo possível do Rio Douro, centro dos negócios do vinho. Uma das ruas de eleição foi a Rua Nova, seguindo-lhe a Rua das Cangostas, a Ferraria de Baixo, São Francisco, e outras.

Os seus fiadores tiveram preferência pela Rua da Fonte Taurina, Rua das Flores, Rua da Alfândega, Rua dos Mercadores, todas elas também dentro da zona central dos negócios.

Quanto aos mercadores estrangeiros, o local preferido para se instalarem na cidade do Porto foi a Rua Nova, conhecida por Rua Nova dos Ingleses devido ao elevado número de ingleses que lá se instalou. Os seus respectivos fiadores também acabaram por se instalar o mais próximo possível dessa rua.

Para uma firme progressão de todo este processo, foi fundamental a acção do Marquês de Pombal que se estabeleceu por sucessivas etapas, nas quais o vinho do Douro ia ganhando forma, qualidade e presença no mundo para além fronteiras.

A criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, surgiu como um meio de resposta face às inúmeras questões relacionadas com os vinhos do Douro. Uma delas era a boa reputação que os vinhos do Douro tinham alcançado em terras fora de Portugal e estava a ser difícil de manter esse prestígio, uma vez que se começavam a fazer misturas nos vinhos, passando a ser considerados de qualidade inferior.

Os comerciantes portuenses defendiam o bom negócio, e por outro lado os produtores do Douro defendiam a denominação da marca de origem dos seus vinhos, situação essa que nem sempre era possível devido à precariedade das condições económicas em que viviam.

Concluimos que este poderoso néctar moveu gentes da terra que lutavam pela sua sobrevivência, atraindo a Portugal inúmeros homens de negócio à procura de uma vida afortunada.

